

Desafios, estratégias e “linhas de fuga” em museus governamentais dedicados às memórias desterritorializadas: representatividade, escuta e participação comunitária como ferramenta de sobrevivência.

Marisa Bueno e Souza¹

Challenges, strategies, and “lines of flight” in government museums of deterritorialized memories: representation, listening, and community participation as tools for survival.

Memórias desterritorializadas

Nos últimos anos no Brasil, é possível identificar o surgimento de museus e centros de memória voltados à representatividade de grupos oprimidos e/ou menos favorecidos dentro da lógica patriarcal e cisheteronormativa do *status quo*. A priori, são museus sociais, mas também enquadrados como territoriais (Sanches, 2025), de resistência (Jatene, Crivelente & Kobashi, 2024), LGBT (Boita, 2020; Baptista, Boita & Wichers, 2021; Vieira, 2023), de favela (Chagas, 2015; Sanches, 2025), indígenas (Cury, 2012; 2021; Babosa et al., 2020a, 2020b; Santos, 2023), entre outros. De forma ampla, trata-se de museus que carregam a particularidade de apresentarem memórias “desterritorializadas”, no sentido, primeiramente apresentado por Deleuze e Guattari em sua obra *Anti-Édipo* (2010) e posteriormente desenvolvido em *Mil Platôs* (1996).

Para a compreensão da amplitude que carrega o neologismo, Zourabichvili (2004, p. 23) destaca a importância de avaliar o termo conjuntamente com outros três elementos: “território, terra e reterritorialização”. Para Deleuze e Guattari, o conceito de território ganha complexidade para além de sua determinação como lugar geográfico, ao se considerar de forma ampla e profunda as relações humanas com a terra (conexões com a terra natal, a terra ancestral e histórica). Já a desterritorialização seria a retirada deste território expressivo e carregado de funções. De forma paradoxal, a reterritorialização ocorre a partir do “agenciamento nômade” ou “estepe” de seu território original, visto que este já não mais existe ou é acessível. Para os autores, estas ações estariam em constante disputa e movimento, formando o que eles denominam *ritornelo*, remetendo ao termo musical indicativo para a repetição de um determinado trecho musical.

Se tomarmos a memória não como um campo neutro, mas como um território em disputa e atravessado por relações de poder, temos o conceito de memórias desterritorializadas para se referir aos processos de apagamento, silenciamento e exclusão sistemática de narrativas produzidas por grupos minoritários — como populações negras, indígenas e comunidades

¹ Mestre em Museologia (PPGMUS-USP), doutoranda em Sociomuseologia (Univ. Lusófona, Lisboa, Pt) e docente no curso de pós-graduação em Museologia, Cultura e Educação da PUC-SP. <https://orcid.org/0009-0007-1025-5647>, buenombs@gmail.com

LGBTQIA+ — no interior dos dispositivos oficiais da memória. Já as memórias reterritorializadas correspondem àquelas capturadas pelos aparelhos de Estado, normalizadas e integradas às narrativas hegemônicas que reproduzem lógicas coloniais, raciais e heteronormativas. Entretanto, as memórias desterritorializadas operam como linhas de fuga²: insurgentes, descontínuas e não assimiláveis, que rompem com a linearidade histórica e produzem processos de transformação, desestabilizando os regimes dominantes.

A delicadeza e urgência dessas abordagens museológicas contemporâneas derivam, entre outras coisas, do papel fundante das discussões sobre ecomuseu e museu integral ocorridas na Mesa de Santiago (1972) e do conceito da Nova Museologia, consolidado após o 1st International Workshop – Ecomuseums / New Museology no Quebec (1984) (Moutinho & Primo, 2020, p. 24), ambos reflexos de avanços no campo social vinculados à memória, patrimônio e educação³. Mas também é preciso que se considerem, nesta equação, os resultados de lutas e teorias sociais, que reverberaram em políticas públicas e em estruturas de representatividade dentro da lógica do Estado. Como comprovação, basta considerarmos a formação dos ministérios especiais contidos inicialmente em uma lógica federal, e que se espraiam para níveis estaduais e municipais. Como exemplos, no contexto brasileiro, podemos citar o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, o Ministério dos Direitos Humanos, a Secretaria de Políticas para Mulheres, a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, entre outros. Tão relevante quanto estes progressos em esferas administrativas representativas, para o enfrentamento do epistemicídio⁴ e de outras formas de apagamento de populações oprimidas pelo sistema capitalista patriarcal imperialista em vigor, é o fato de serem criadas e mantidas⁵ instituições museológicas públicas que atuem de forma interseccional, não somente no campo da memória, como em outros campos sociais democráticos⁶.

Com o crescimento do conservadorismo⁷ e de instituições conservadoras⁸ nos últimos anos, foi possível acompanhar a estagnação e/ou retrocesso de diversas pautas progressistas, como igualdade de gênero, aborto legal, diversidade sexual e religiosa. As disputas em relação às pautas progressistas se mostraram extremas ao ponto de representatividades políticas de extrema direita, como o presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, se colocarem abertamente contrários ao que classificaram como “ditadura woke”, fazendo referência à terminologia utilizada para expressar a consciência social sobre a necessidade de se pensarem ações voltadas para a diversidade, equidade e inclusão⁹.

Neste contexto, a simples existência de ações de incentivo governamentais relacionadas a essas pautas representa, em si mesmo, um argumento para sua manutenção. Ou seja, o

² Conceito desenvolvido mais à frente.

³ A afirmação faz referência às discussões e representatividades contemporâneas aos eventos, como às trazidas pelo educador e pensador Paulo Freire e todos os avanços que suas teorias representaram não somente para a Educação, mas para os campos sociais de forma ampliada.

⁴ Conceito determinado por Sueli Carneiro em sua tese de doutorado, em que argumenta que epistemicídio é a desqualificação e apagamento do conhecimento e das experiências de pessoas negras, reforçando a ideia de que certos conhecimentos são superiores e hegemônicos. Carneiro, A. S. (2005). A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁵ A manutenção (ou não) dessas instituições é um fator de máxima relevância para a compreensão dos pontos aqui discutidos, conforme será desenvolvido mais à frente.

⁶ Podemos tomar por base os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2012. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

⁷ Revista IstoÉ (2025, 24 de maio). Os fatores que explicam o aumento do conservadorismo entre os jovens homens. Recuperado em <https://istoe.com.br/os-fatores-que-explicam-o-aumento-do-conservadorismo-entre-os-jovens-homens>.

⁸ Crescimento de evangélicos provoca mudanças na cultura e na política no Brasil. Dados Fundação Rosa Luxemburgo: Brasil e Paraguai. 15 de maio de 2024. Recuperado de <https://rosalux.org.br/crescimento-de-evangelicos-provoca-mudancas-na-cultura-e-na-politica-no-brasil/>

⁹ BBC News Brasil, (2024, 13 de agosto). O que é 'woke' e por que o termo gera batalha cultural e política nos EUA. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy4y82w737do>

simples fato de existir um museu público, subsidiado pelo governo e voltado às representatividades LGBTQIAP+, ou à valorização de culturas periféricas e faveladas, ou à igualdade de gênero ou de populações indígenas é, em si, algo de suma relevância, em especial nos tempos atuais. E ainda, em tempos em que é preciso lutar contra posturas retrógradas e violentas como a “cura gay”¹⁰, a criminalização dos MCs¹¹, difusão de projetos como o Marco Temporal e outras doutrinas de morte e genocídio de minorias, a existência de um espaço institucionalizado que traga a materialidade e valorização desses corpos e de suas culturas dissidentes acaba por marcar em sua existência um ato de resistência.

Entretanto, é no cruzamento entre estes movimentos sociais museológicos e as iniciativas do Estado que devemos nos ater em alguns pontos de atenção. Portanto, trataremos aqui dos museus especificamente geridos por órgãos governamentais em gestões diretas ou em parcerias com a iniciativa privada. Museus os quais, apesar de apresentarem temáticas de desdobramentos sociais múltiplos, sejam sobre gênero e sexualidade, raça, etnia, inclusão, classes sociais em situação de vulnerabilidade e outras demandas voltadas a segmentos culturais dissidentes ou populares, possuem a particularidade de não serem geridos diretamente por suas comunidades.

Instituições como o Memorial da Resistência, o Museu da Diversidade Sexual, o Museu da Inclusão, o Museu das Favelas, o Museu das Culturas Indígenas, o Memorial dos Povos Indígenas, o Museu Índia Valnuíre, entre outros, que nascem com um significativo aporte estrutural e orçamentário para a realização de suas atividades, contudo, precisam, em função disso, sempre lidar com o controle e intervenções estatais.

Apesar do inegável valor destas instituições, é preciso que se tenha um olhar crítico a respeito do enquadramento destes museus como sendo museus comunitários e quais ações são necessárias para que não se caia em representatividades puramente simbólicas.

Representatividade e cooptação

Primeiramente, ao mesmo tempo que é preciso verificar como as ações junto às suas comunidades são realizadas, também é relevante que se observem as consequências diretas para o museu. Via de regra, o que se tem são ações que não resultam na participação direta das comunidades em decisões institucionais, tanto relacionadas à programação quanto a diretrizes sobre seus acervos, gradações de hierarquias dos programas e até à escolha das representatividades institucionais.

Antes que neoliberais defensores de um Estado meritocrático e seletivo possam fazer valer seus interesses individuais, o que se constata a partir desta encruzilhada é que, em relação à gestão destes equipamentos, as comunidades são usualmente submetidas a um lugar de ouvintes passivos e não de protagonistas.

É preciso estar atento para que as instituições que se colocam como representativas de memórias contrárias a processos de opressão não sejam passivas às estratégias do poder disciplinar¹² (Foucault, 2008) e da cooptação do neoliberalismo sobre os movimentos de defesa dos direitos das populações marginalizadas. Para que não ocorram desvirtuações do que se propõe aqui, é necessário pontuar os distanciamentos entre os direitos civis individuais, que se originam a partir de lutas coletivas, e as pautas indenitárias, que podem por vezes alimentar frentes liberais desestruturantes desse mesmo coletivo.

¹⁰ Barros, D. M. & Firpo, M. (2024, 10 de maio). Volta ao passado: ideia absurda da cura gay ganha vigor com influencers. Revista Veja. Recuperado de <https://veja.abril.com.br/brasil/volta-ao-passado-ideia-absurda-da-cura-gay-ganha-vigor-com-influencers/>

¹¹ Marino, L. & Octaviano, D., (2025, 7 de agosto). O caso Poze do Rodo e a nova onda de criminalização do funk. Observatório de favelas. Recuperado de <https://observatoriodefavelas.org.br/o-caso-poze-do-rodo-e-a-nova-onda-de-criminalizacao-do-funk/>

¹² Conceito desenvolvido por Foucault (2008) para se referir às formas modernas e descentralizadas de domesticação social dos corpos através das instituições. Atua de forma sutil, produzindo individualidades específicas e determinadas.

O neoliberalismo muitas vezes é entendido como antiestatal, mas ao que se opõe é ao Estado regulador. O Estado é usado o tempo todo para sustentar ou criar mercados em determinados campos.

Isso está perfeitamente legitimado em uma ordem das coisas neoliberal. Mas é mais um Estado “desdemocratizado” do que um Estado representativo, um Estado onde a igualdade política entre os cidadãos se organiza em instituições e práticas através das quais nos governamos. O Estado é um administrador da vida econômica e do que, atualmente, costumamos chamar de vida biopolítica.

O neoliberalismo, (...), busca desintegrar a noção de sociedade ou de social. A famosa frase de Thatcher¹³ é: “A sociedade como tal não existe. Existem homens e mulheres individuais e existem famílias”. Em outras palavras, somos reduzidos a unidades individuais não ligadas nem conectadas socialmente, seja em termos de ser responsáveis diante dos associados ou de enfrentar os poderes da sociedade (sejam eles os poderes do capital, raça, gênero e sexualidade). Só existem indivíduos, e nossa liberdade está em podermos fazer o que quisermos como indivíduos. (Brown, 2022)

Um segundo ponto de atenção é a participação da iniciativa privada direta ou indireta, por vezes formalizada em parcerias com Organizações Sociais de Cultura (OSC), na gestão destas instituições. Este ponto acaba por ser nevrálgico, visto que, apesar de serem organizações culturais quase sempre *sem fins lucrativos*, ainda assim, trata-se da iniciativa privada, que acorda metas e diretrizes diretamente com o governo sem necessariamente triangular com as comunidades. Isso gera a priorização de atividades que são mais receptivas e interessantes ao governo e à OSC do que à própria comunidade que eles dizem representar.

A vida social do museu está integrada nos dispositivos do Estado e do capital. Supor que sua decolonização é impossível é se libertar da injunção de criação de um museu universal e nacional que seja o próprio símbolo da riqueza cultural e artística da nação ou da comunidade; é se perguntar por que esse modelo é tão desejável, por que é tão poderoso. A impossibilidade de decolonizar o museu está inserida num contexto europeu e global bem definido: de oferta de um antirracismo neoliberal e de um multiculturalismo pacificador, mas também de implantação de políticas de austeridade, em detrimento do pessoal dos pequenos e médios museus. (Vergès, 2024, p. 42)

Segundo Primo & Moutinho (2020), cada vez mais a Sociomuseologia se consolida no campo das Ciências Sociais, em função da proximidade em relação a seus processos e áreas de conhecimento, tanto na prática quanto no campo teórico. Em especial em relação aos desafios postos, não somente relativos à compreensão de seus sentidos, mas especialmente na reivindicação de “um lugar atuante nos seus possíveis encaminhamentos”. A Sociologia Pública de Michael Burawoy (2006) seria um desses casos e não por acaso uma das defesas do sociólogo sobre a importância em pensarmos uma sociologia pública¹⁴ em contraposição a uma sociologia

¹³ Foucault se refere a Margareth Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido (1975 e 1979) que implementou medidas defendidas pelo Partido Conservador britânico que geraram muitas controvérsias por terem, por um lado, reativado a economia britânica e, por outro, duplicado a taxa de pobreza no período, além de aumentar a taxa de desigualdade em um terço.

¹⁴ Para o autor, esta seria uma sociologia que não se limita ao ambiente elitista do academicismo, buscando o diálogo constante com os diversos públicos, desde movimentos sociais, formadores de políticas públicas e da sociedade civil em geral.

profissional¹⁵ é que encontrará seu público na sociedade civil, e nunca no Estado, detentor da ciência política, nem no mercado, voltado para a economia (Perlatto & Maia, 2012).

Ainda que a retórica da liberdade e da igualdade se intensifique, os sociólogos têm documentado um aprofundamento contínuo da desigualdade e da dominação. Nos últimos 25 anos, os primeiros ganhos em seguridade econômica e direitos civis têm sido revertidos pela expansão do mercado (com as suas conseqüentes desigualdades) e pelos Estados coercitivos, violando direitos em seus próprios países e no exterior. Muito frequentemente, mercado e Estado têm trabalhado em conjunto contra a humanidade no que tem sido comumente chamado de neoliberalismo. (Burawoy, 2006)

Se considerarmos que a “autoridade do discurso” figura hoje entre os aspectos primordiais que devem ser considerados pelas instituições (Dias, 2007, p. 131), é fundamental que se analise quem é este sujeito e quais as formas em que se dá sua participação e influência, ou não, sobre as decisões em conjunto com as autarquias governamentais. Ou seja, nestes casos, não seria suficiente perguntarmos “o que fazemos?” e “para quem fazemos?” (Soares, 2018), mas também é imprescindível que se questione o “como fazemos?”.

Neste ponto, é preciso ampliar um pouco a discussão sobre alguns conceitos, para que seja possível atingir os objetivos que se pretende. Primeiramente, se tomarmos por base a ideia de sujeito metafísico da modernidade a partir de um pensamento filosófico, temos a concepção centralizada do sujeito moderno, medida de todas as coisas e do conhecimento, capaz de transformar o mundo, racional e consciente de si (um sujeito unificado). Em contrapartida, temos o sujeito descentralizado e fragmentado posto pela psicanálise freudiana, que rompe com a ideia cartesiana de sujeito como centro do pensamento e o coloca moldado em função da linguagem inconsciente¹⁶.

A partir dessas linhas de pensamento, portanto, a construção de identidades seria algo ilusório e externo ao sujeito (Barros, 2024). A estruturação de identidades se daria a partir da consciência de si com o “outro”, o que remete ao ser distinto de um padrão existente, no caso do capitalismo burguês, o proletariado (Marx, 2013). Desta forma, ao trabalharmos aqui a ideia de identidades, partimos de um sujeito que é político (inserido no capitalismo), como ser social determinado pelas condições materiais de existência e pelas relações de classe.

A busca da identidade, entendida como uma ilusão, pode ser lida, assim, como aquilo que impulsiona o indivíduo rumo à identificação com o outro a partir do desejo de estancar sua incompletude, que, por sua vez, vem da negação imposta na relação com o mundo. (...) A busca da identidade se revela uma ilusão produtiva. Pensar a ilusão constitutiva da identidade, na sua impossibilidade de fechamento, foi um salto dado pela psicanálise que aliviou diversas neuroses ao iluminar a falta de substancialidade do que somos, dando centralidade àquilo que nos podemos tornar (...). É por esse caminho que se chega à conclusão de que a identidade em si é impossível. Entendê-la como ilusória é fundamental para promover as máscaras imaginárias que permitem ao sujeito emergir. O paradoxo é que ser consciente da ilusão não remove a busca da recuperação do eu em relação ao outro. A identidade é, portanto, uma ilusão que permite ao indivíduo dar sentido à sua própria ação ao se dar conta da sua relação de diferença e negatividade.” (Barros, 2024, p. 24)

¹⁵ Em contrapartida, a sociologia profissional seria a acadêmica, que fala para sim mesmo somente.

¹⁶ Segundo o pensamento freudiano no conceito dos três golpes narcísicos que a humanidade sofreu, o golpe cosmológico, o biológico e o psicológico.

De acordo com Asad Haider (2024), a expressão “política identitária”, nos termos em que é conhecida atualmente, foi pela primeira vez utilizada pelo Coletivo Combahee River (CCR) em 1977. O grupo havia sido formado três anos antes em Boston, por militantes negras e lésbicas que afirmavam que o racismo e o sexismo da esquerda haviam minado o projeto revolucionário socialista. O movimento partiu de um grupo cujas reivindicações eram negligenciadas tanto pelo movimento negro quanto pelo movimento feminista. Diferente da ideia de que os pleitos deveriam ser direcionados somente para mulheres negras lésbicas/bissexuais, a hipótese defendida era de que as políticas mais radicais surgiriam ao colocarem essas experiências no centro das análises e que, ao serem elas representantes de múltiplas identidades, o resultado deveria ser uma política socialista mais inclusiva e diversa (Haider, 2024).

Sucedem-se que, com o tempo, as políticas identitárias foram cooptadas pelos mecanismos liberais e o que se observa atualmente, não raramente, são identitarismos que acabam por resultar em consequências que demandam atenção. A articulação de representatividades questionáveis para se ter o domínio sobre certas pautas, para segmentá-las e, assim, desarticulá-las, não é algo novo. A “representatividade simbólica” tem sua importância no sentido de “desmantelar narrativas discriminatórias que sempre colocam minorias em locais de subalternidade”, contudo ela é esvaziada de sentido se não for acompanhada de “representatividade substantiva” e “propiciar a abertura de um espaço político para que as reivindicações das minorias possam ser repercutidas, especialmente quando a liderança conquistada for resultado de um projeto político coletivo” (Almeida, 2021).

No Brasil, o desmantelamento das instituições por via de representatividades questionáveis, ficou explícito na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), em que diversas instituições, como a Fundação Cultural Palmares, presidida por Sergio Camargo, que se autodeclarava como “*negro de direita antivitimista e inimigo do politicamente correto*”¹⁷ e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no qual foi indicada a ministra conservadora Damare Alves, que no período à frente do ministério, nada fez sobre questões como a deterioração do mercado de trabalho para as mulheres ao longo da pandemia, voltando seus esforços para retrocessos em relação aos direitos já garantidos pelas mulheres em relação ao aborto legal¹⁸.

Da mesma maneira, uma instituição museológica pública direcionada para uma população vulnerável específica, mas entregue a representatividades controversas, a imposições liberais e mercadológicas e alheia às demandas de quem se diz representar, pode e deve ser questionada por suas comunidades, marcando seu distanciamento dos museus sociais e dos museus comunitários.

É imprescindível que esses museus estructures ferramentas de resistência que mitiguem os processos de cooptação neoliberais; caso contrário, é quase certo que em algum momento se tornem apenas representações fetichizadas. No caso em especial das instituições públicas que atuam em regime de publicização ou em gestões diretas, é ponto passivo que se tenham garantidos os processos de transparência orçamentária e qualitativa e disponibilizados em portais de fácil acesso e em uma linguagem acessível ao público. Entretanto, somente a transparência das gestões não é suficiente nestes casos especiais. É preciso que existam caminhos e/ou ferramentas para que as comunidades se apropriem deste equipamento de alguma forma.

¹⁷ Gortazár, N. G. (2021, 18 de setembro). Como Bolsonaro dinamita as instituições: o caso da Fundação Palmares. El País. Cultura. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-09-18/como-bolsonaro-dinamita-as-instituicoes-o-caso-da-fundacao-palmares.html>

¹⁸ RBA Redação (2021, 07 de março). Mulheres repudiam ministra Damare Alves em manifesto pelo 8 de março: Ministra Damare Alves recebe menção de repúdio em carta assinada por 82 entidades de movimentos sociais. In: Brasil de Fato. Apud RBA. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/07/mulheres-repudiam-ministra-damare-alves-em-manifesto-pelo-8-de-marco/>

Ritornelo em desalinho

Em sua obra *Mil platôs* (1996), Deleuze e Guattari desenvolvem, para além dos termos constituintes do *ritornelo*, um outro conceito para possibilitar a compreensão deste ciclo. As “linhas de fuga” descrevem movimentos de escape ou ruptura com estruturas de poder estabelecidas, sejam elas sociais, culturais ou acadêmicas. Museus são instituições que historicamente não somente compactuam com as estruturas de poder, como foram, por séculos, instrumento de validação de nações imperialistas sobre populações subalternizadas. É inverossímil acreditar que a associação entre museus, escola e Estado possa, em algum momento, se colocar de forma isenta nas lutas de classes, em especial em um regime neoliberal. Muito mais realista é aceitarmos o fato de que estamos lidando com um equipamento o qual, apesar da roupagem e do discurso aparentemente adequados, diante de um embate ou disputa no “campo de batalhas”¹⁹, irá certamente seguir na direção de seus próprios interesses. Consequentemente, é preponderante que as comunidades se apropriem ao máximo desses equipamentos a partir de “linhas de fuga” que devem ser exercidas pela sociedade de forma ampla.

Os profundos movimentos que agitam uma sociedade se apresentam assim, ainda que sejam necessariamente "representados" como um afrontamento de segmentos molares. Diz-se erroneamente (sobretudo no marxismo) que uma sociedade se define por suas contradições. Mas isso só é verdade em grande escala. Do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares. Sempre vaza ou foge alguma coisa, que escapa às organizações binárias, ao aparelho de ressonância, à máquina de sobrecodificação: aquilo que se atribui a uma "evolução dos costumes", os jovens, as mulheres, os loucos, etc. (Deleuze & Guattari, 1996, p. 86)

Requerer que as lideranças desses museus carreguem em si representatividades substantivas e que estejam alinhadas com os anseios das comunidades às quais representam, deveria ser algo posto e, de preferência, em um processo público, transparente e participativo para sua seleção, além de estabilidade para que seja possível trabalhar sem ameaças de retaliações.

Como é importante lembrar, uma vez que uma única pessoa dificilmente carregará todas as camadas interseccionais de uma classe, é ideal que esses museus também tenham um Conselho representativo múltiplo e não elitista, com a presença de diversas camadas da sociedade, além da participação ativa dos funcionários da instituição. Também é fundamental a parceria com associações, instituições e organizações não governamentais independentes na partilha das diretrizes. Parcerias como as que acontecem entre o Museu das Favelas e a Central Única das Favelas (CUFA) e a gestão compartilhada entre o Museu das Culturas Indígenas e o Conselho Indígena Aty Mirim²⁰.

A escuta ativa constante deve ser algo recorrente, em especial nos casos em que não se tem uma tríade na gestão entre Estado, organizações independentes e representantes da comunidade. É preciso que se tenham institucionalizados espaços abertos de escuta recorrentes, sejam eles seminários anuais ou bianuais, com a participação de representatividades múltiplas, fóruns abertos de discussão, plenárias públicas, canais de relacionamento, pesquisas contínuas de público, entre outras soluções, para que o público possa não somente expressar suas opiniões de forma que estas fiquem publicamente registradas, mas também opinar sobre as diretrizes,

¹⁹ Termo utilizado por Brulon (2020) e Vergès (2024) em seus textos em que tratam a urgência da decolonização dos museus.

²⁰ Conforme composição do Conselho apresentada no site, são 37 representações indígenas, de sete povos distintos, vindos de dezesseis municípios, de cinco regiões de São Paulo. Recuperado de <https://museudasculturasindigenas.org.br/institucional/conselho-aty-mirim/>

temas e formatos da programação, além de servirem como um espaço aberto para que o museu possa ser cobrado por sua comunidade, caso esteja se desviando dos interesses gerais.

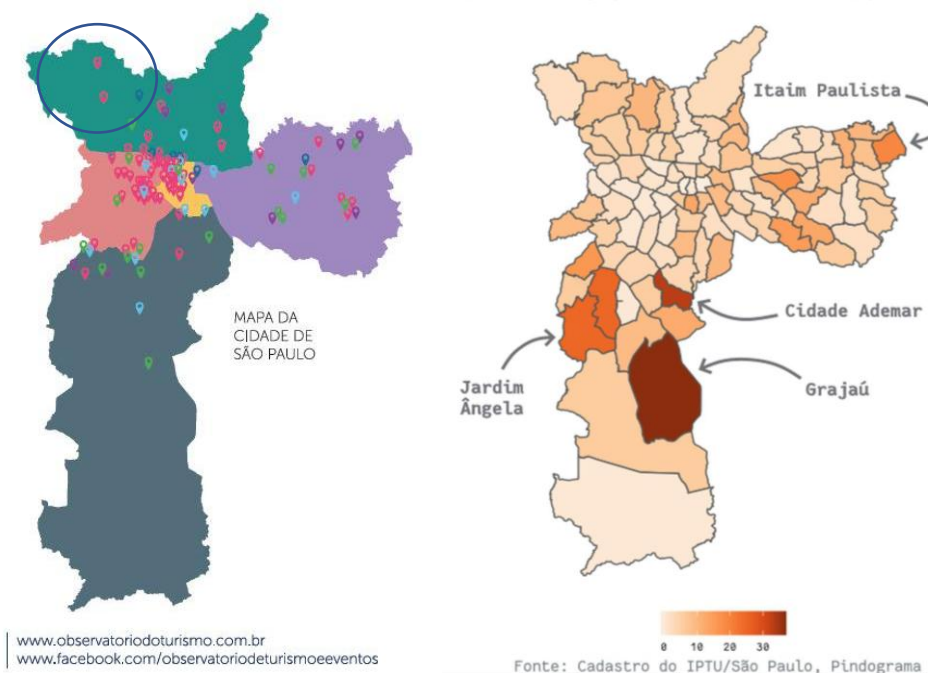
Neste sentido, uma das primeiras ações realizadas na última troca de gestão do Museu da Diversidade, ocorrida em 2022, foi a estruturação de um grande seminário em parceria com o Centro de Pesquisa e Formação do Sesc, denominado “Museu da Diversidade Sexual: escuta e construção de novos caminhos”. Com base nas discussões das mesas, foi possível traçar estratégias futuras, avaliar quais segmentos da sigla estavam priorizados e quais esquecidos, conforme relataram representantes de comunidades do território e/ou envolvidas no processo, que até então não haviam sido procuradas e ouvidas pelo museu nos últimos dez anos de existência. Para além, levantaram questões, entre outras, sobre transparência e possíveis lacunas em seus acervos.

Encarar a reincidência de questionamentos nas mesas, a respeito de falta de diálogo e prioridades elitizadas dentro da comunidade LGBTQIAP+ por parte do museu, não é fácil de ser assumido, mas é um importante caminho rumo a um ajuste necessário com seus pares.

As mesas trouxeram ainda a participação de nomes importantes da Museologia, integrantes de coletivos e ativistas LGBTQIAP+ da região do Arouche, com discussões acerca da representatividade de memórias das comunidades no acervo do museu, do empreendedorismo, da educação museal, do Museu da Diversidade como espaço de acolhimento e do espaço “Artes dissidentes e práticas artístico-culturais LGBTQIAP+ na construção de reconhecimento, territorialidades e memória”.

Dentre tantos frutos semeados nessa ação, assim como em eventos subsequentes, podemos destacar a reaproximação do museu com coletivos de suma importância para a região do Arouche e para resistência de corpos LGBTQIAP+, tais como: o coletivo Aroucheanxs (por meio da pessoa de Hécio Beuclair); a família Stronger (Elvis Stronger); o Acervo Bajubá (Yuri Fraccaroli); a Rede LGBT de Memória e Museologia Social (Maurício André da Silva); a Casa do Povo (Mônica Novaes Esmanhotto); a Câmara de Comércio LGBT (Ricardo Gomes); a Mais Diversidade (Diogo Rodrigues); e a Associação Eternamente SOU (Luis Baron). Também foram realizadas conversas com o Arquivo Lésbico Brasileiro, o Museu Bajubá, o Coletivo Acuenda, o Slam das Minas, o Instituto + Diversidade, o LGBTQIA+ Regional, o Vote LGBT, a Revista Alternativa L, o Cine Sapatão, o Grupo Mexa, o Coletivo Revolta da Lâmpada, o Espaço Esponja, dentre outros. Essa troca se mostra enriquecedora, uma vez que tais coletivos e espaços são representativos contemporâneos da memória de resistência dos corpos que fogem do padrão cis-heteronormativo. (Souza, Cordeiro & Cavalheiro, 2024)

Outra ação importante é a criação de redes de conexão com outras instituições de memórias desterritorializadas e de culturas periféricas que carreguem as mesmas pautas e que sejam atravessadas de forma interseccional e coletiva. De preferência, instituições que permitam aos museus não somente uma escuta ampliada do território, mas também descentralizar os recursos do Estado, que são tão mal distribuídos na metrópole. É preciso que se tenha em mente a necessidade de vínculos e conexões entre os demais grupos minorizados, de forma a ampliar a consciência coletiva de classe. Não é aceitável que se mantenham políticas públicas culturais centralizadoras, direcionadas ao encontro da especulação imobiliária, enquanto áreas imensas periféricas permanecem abandonadas e sobrevivem a partir da iniciativa dos próprios moradores. É o caso do Museu Territorial Tekoa Japo’i, representado pelos dois pontos de cultura assinalados a noroeste do mapa abaixo (figura 1), sendo um desses pontos indicado pela Comunidade Cultural Quilombaque e o segundo, o Centro de Memória Queixadas, ambos no território indígena da comunidade Tekoa Japo’i.



Figuras 1 e 2: O mapa à esquerda apresenta o mapeamento dos espaços culturais da cidade de São Paulo disponibilizado pela SP Turis. O mapa à direita foi publicado pela revista Piauí em matéria sobre o crescimento das igrejas evangélicas em São Paulo. Recuperado em <https://imprensa.spturis.com.br/wp-content/uploads/2015/08/as.jpg> e <https://piaui.folha.uol.com.br/um-novo-templo-toda-semana/>

É justamente nos territórios de ausência dessas políticas que os equipamentos destinados às memórias desterritorializadas são mais urgentes. A comparação dos interesses e ocupações distintos explicitados pelos mapas acima demonstra essa urgência. Enquanto os recursos e prioridades do Estado se voltam para onde estão concentrados o capital econômico e o turismo internacional, as instituições conservadoras como as igrejas evangélicas, que voltam seus esforços para a cooptação das populações periféricas, abandonadas pelo poder público. Mas a quem realmente deveriam servir estes museus, ditos comunitários, em especial?

A partir do momento em que é demonstrado geograficamente e graficamente para quem o Estado deseja se apresentar engajado com estes discursos, é possível compreender que as intenções não são voltadas à notabilização, reconhecimento das próprias memórias e conscientização da desigualdade por parte das comunidades. Por isso, é demasiado importante que se tenham ações descentralizadas não somente com o intuito de distribuir recursos, mas também objetivando um espaço de escuta, acolhimento e emancipação dessas representatividades. Vale pontuar que não cabe ao museu se colocar como porta-voz único das memórias. É importante, sim, que haja exposições itinerantes, palestras, cursos e outras possibilidades de distribuição de renda e de força de pesquisa do museu nesses territórios, mas tão importante quanto uma programação crítica e descentralizada é o quanto a própria comunidade poderá interagir e atuar em diálogo com esta programação. Ademais, é de suma importância que aqueles que possam se responsabilizar pelas atividades e ações nos espaços destes museus, que defendemos desde o começo da nossa exposição, tenham em mente que podem e serão reterritorializados para atender às demandas das elites locais ou emergentes (as mesmas que o Estado serve). Com base nessas possibilidades, exercer linhas de fuga, poder por meio das máquinas de guerra²¹ é uma possibilidade de continuidade da sobrevivência deste tipo de aparelho.

²¹ A "máquina de guerra" de Deleuze e Guattari (1996) descreve uma força criativa, nômade e exterior ao Estado, que opera através da invenção, da desterritorialização e da criação de "linhas de fuga" para questionar as estruturas de

A relevância disso se dá não somente como auxílio nos processos de distribuição e engajamento de novos públicos, mas também pelo fato de que, muitas vezes, será a partir das ações participativas e da atuação direta das comunidades que o museu poderá garantir sua própria sobrevivência. Obviamente, o engajamento só ocorrerá se o museu for capaz de assimilar as (idealmente bem-vindas) críticas, entendendo-as como oportunidades para atingir seus objetivos. De acordo com Alma Witlin:

O que os museus podem fazer em relação às necessidades não atendidas das pessoas? Museus não são ilhas no espaço; eles devem ser considerados no contexto da vida fora das suas paredes. Este truísmo se torna uma realidade nas atuais condições de mudança acelerada e quando toda instituição precisa se autoavaliar como um meio de legitimar a sua sobrevivência. (Wittlin, 1949)

É particularmente na lógica dos museus como “campo de batalhas” trazida por pensadores como Bruno Brulon (2020) e Françoise Vergés (2024) que fica mais evidente a distinção aqui colocada. A partir do momento em que o Estado é o detentor do capital e do poder de decisão sobre esses equipamentos, estes ficam à mercê das decisões de cada novo governo, as quais, não raramente, são movidas por interesses eleitoreiros e passionais, no sentido de desfazer ações de governos anteriores. Isso faz com que muitas vezes seja impossível aos museus articularem estratégias de gestão eficientes de seus recursos a médio e longo prazo.

E aqui que a noção de Estado totalitário adquire seu sentido: um Estado torna-se totalitário quando, ao invés de efetuar em seus próprios limites a máquina mundial de sobre-codificação, ele identifica-se com ela, criando as condições de uma "autarquia", fazendo uma reterritorialização por "vaso fechado", por confinamento, no artifício do vazio (o que nunca é uma operação ideológica, mas sim econômica e política).

Por outro lado, no outro pólo, há uma máquina abstrata de mutação que opera por descodificação e desterritorialização. É ela que traça as linhas de fuga: pilota os fluxos de quanta, assegura a criação-conexão dos fluxos, emite novos quanta. Ela própria está em estado de fuga e erige máquinas de guerra sobre suas linhas. Se a máquina abstrata de mutação constitui um outro pólo, é porque os segmentos duros ou molares não param de vedar, de obstruir, de barrar as linhas de fuga, enquanto ela não para de fazê-las escoar "entre" os segmentos duros e numa outra direção, submolecular. (Deleuze & Guattari, 1996, p. 95)

Destarte desse processo, os campos de batalha não são superados ou ignorados, mas devem ser disputados para assegurar as memórias desterritorializadas e evitar a sua possível reterritorialização. Sendo assim, as linhas de fuga serão possíveis quando travarmos as batalhas por meio das máquinas de guerra.

É possível observar diversas capturas de memórias desterritorializadas em museus para que sejam reterritorializadas. Ao longo dos anos de 2017 a 2020, na gestão do então prefeito Marcelo Crivella, ocorreram diversos embates entre o político e o Museu de Arte do Rio (MAR)²² que exemplificam os movimentos constantes de lutas, atravessamentos e desvios por linhas de força. As ações tornaram explícito o processo de sucateamento intencional que se deu no

poder, controle e codificação do aparelho estatal. “(...) no horizonte, uma linha totalmente outra, a dos nômades que saem da estepe, empreendem uma fuga ativa e fluente, levando por toda a parte a desterritorialização, lançando fluxos cujos quanta se aquecem, acionados por uma máquina de guerra sem Estado” (1996, p. 95).

²² O Museu de Arte do Rio (MAR) é um museu governamental do município do Rio de Janeiro (Br), direcionado a abordar a identidade do “carioca” por uma perspectiva “decolonial”.

período, iniciado a partir da sugestão de acolhimento da exposição Queer Museu²³ por parte do museu.

A proposta foi abertamente vetada pelo prefeito, que ainda afirmou que a exposição só ocorreria se fosse “no fundo do mar”²⁴, em uma ameaça direta à instituição a partir da metáfora em relação ao nome pelo qual o museu é conhecido por todos, que cumpre com a ideia de poder exposta na teoria de Deleuze e Guattari. Posteriormente, o que se viu foi um sequencial processo de fluxo de poder do Estado que tentou domesticar e controlar as atividades, a partir de atrasos nos repasses²⁵ e cortes orçamentários²⁶, que levaram a consecutivas crises financeiras e ameaças de demissões em massa e fechamento do museu.

Ocorre que, ao longo de seus primeiros dez anos de existência, o MAR promoveu diversas ações com a participação das comunidades do território, movidas em especial pelo esforço de seus funcionários²⁷. Neste período, foram realizadas dezenas de ações de integração com a agenda da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, assim como diversos programas voltados principalmente para um “Rio suburbano”, e ainda numerosas ações de escuta que reverberaram em programas como o *Vizinhos do MAR*, o qual serviu como um importante lugar de escuta e interação junto à comunidade do Morro da Providência, Conceição e arredores²⁸. Com o tempo, essas ativações resultaram em um grande número de atores engajados com o museu, os quais incitaram movimentos de reterritorialização em seu período de maior crise e quase fechamento. Apesar do movimento civil organizado que mobilizou funcionários, artistas, visitantes e comunidades vizinhas do museu em protestos contra as ações do município, ter garantido a manutenção da instituição²⁹ (Souza, 2021), estes não foram suficientes para impedirem a troca de gestão ao final do período vigente daquele Contrato de Gestão, configurando o ritornelo contínuo de controle do Estado, estabelecido por Deleuze e Guattari (2019).

Neste mesmo sentido, é possível retomar alguns acontecimentos ocorridos no Museu da Diversidade Sexual (MDS), que também expõem de forma prática as raízes perversas dessa mecânica. Primeiramente fechado por conta de uma liminar de caráter conservador, organizada por um deputado de extrema-direita, o museu recebeu uma grande movimentação de apoio da

²³ “Primeiramente, não há como negar a relevância política dos museus, como instituições que se configuram como objetos de acirradas disputas envolvendo projetos de futuros específicos e a validação de certos regimes de verdade que percorrem todo o século XX e chegam aos nossos dias em pleno século XXI – quem ainda se lembra do caso da exposição Queer Museu e de todo o debate sobre a censura em instituições culturais iniciado em 2017, fomentando uma pauta estritamente ligada a projetos de Nação? As políticas culturais para o campo museal na história recente do Brasil não deixaram de construir um campo de batalhas envolvendo diferentes pontos de vista sobre a cultura e a sobrevivência material de grupos sociais subalternizados” (Soares, 2018, p. 21)

²⁴ Da redação (2017, 12 de outubro). Crivella sobre ‘Queermuseu’ no Rio: ‘Só se for no fundo do mar’: prefeito evangélico refuta a possibilidade de a mostra ganhar temporada no MAR, museu mantido pela prefeitura do Rio. Revista Veja. Recuperado em https://veja.abril.com.br/cultura/crivella-sobre-queermuseu-no-rio-so-se-for-no-fundo-do-mar#google_vignette

²⁵ Angiolillo, F. (2019, 11 de novembro). Em crise, Museu de Arte do Rio dá aviso prévio a todos os funcionários: Segundo administradores da casa, Prefeitura do Rio não faz repasses desde setembro. Jornal Folha de São Paulo. Recuperado em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/em-crise-financeira-museu-de-arte-do-rio-da-aviso-previo-a-todos-os-funcionarios.shtml>

²⁶ Barifouse, R. (2019, 11 de dezembro). ‘Vivemos com água no pescoço’: museu-símbolo da revitalização do Rio corre risco de fechar as portas. Jornal BBC News. Recuperado em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50752206>

²⁷ Ao longo da entrevista registrada por Souza (2021), Janaína Melo que foi coordenadora da Escolha do Olhar (EO) nos primeiros anos de atividade do MAR, apresenta todo o processo de engajamento e escutas ativas por parte das equipes do museu, em relação às comunidades do entorno, as quais sofreram violências diversas por parte do poder público ao longo da construção do museu, em um processo explícito de gentrificação. “Era um contexto muito desafiador para quem era morador. E poder ter ouvido essas histórias, ter vivido em dada medida esses conflitos, também foi determinante para entender que a relação com o território ela deveria existir e deveria existir num estado de escuta”.

²⁸ Souza, 2021.

²⁹ Barbon, J. (2019, 26 de novembro). Artistas e visitantes fazem 'abraço' em defesa do Museu de Arte do Rio: Prefeitura, que tem atrasado repasses para manutenção há meses, diz que quer sustentar museu com doações privadas. *Jornal Folha de São Paulo*. Recuperado em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/artistas-e-visitantes-fazem-abracaco-em-defesa-do-museu-de-arte-do-rio.shtml>

comunidade LGBTQIAP+³⁰ e pode dar seguimento ao projeto de ampliação de suas instalações. Contudo, há pouco mais de dois meses da sua reabertura, o MDS recebeu uma redução orçamentária nos repasses, gerando uma onda de demissões de mais de 50% de sua equipe, sendo a maior parte de profissionais das áreas finalísticas do museu (áreas que abrangem as principais funções do museu, como a pesquisa, a de acervo e a do educativo).

ÁREA	fev/24	mar/24	S	DEMISSÃO
DIRETORIA	3	3		0%
ÁREA MEIO	11	8		-27 %
ÁREA FIM	13	3		-77%
ESTÁGIO/APRENDIZ	7	3		-57%

Fonte: De acordo com os dados dos documentos apresentados na página de transparência do Instituto Odeon — ver Remuneração 2024 (Excel) | MDS. Recuperado em <https://www.institutoodeon.org.br/transparencia>

No mesmo período, é anunciada a realocação das instalações de uma recém-criada instituição museológica destinada às histórias de memórias desterritorializadas. O Museu das Favelas (MUFA)³¹ foi realocado de suas instalações originais no bairro dos Campos Elíseos para a região do Centro Histórico da cidade. A justificativa baseia-se no deslocamento da sede do poder público estadual, atualmente no Palácio dos Bandeirantes na região sul da cidade, para a região atualmente conhecida como “Cracolândia”, em um projeto de caráter gentrificante do território. Para além das estratégias forçadas de movimentação da comunidade ali residente e atuante (entre elas o museu), a proposta demonstra uma defasagem de trinta anos em relação às atuais diretrizes estratégicas urbanas³².

Não se questiona o quão desestabilizadora a medida resulta para o equipamento em termos de gestão. Se desconsidera da equação, o fato de ser uma instituição recém-criada, que investiu os recursos públicos do Contrato de Gestão em melhorias no primeiro edifício em que foi alocada, que direcionou seus esforços e os de suas equipes na compreensão daqueles territórios, no planejamento orientado para aquela realidade, e os custos e desgastes vinculados ao fato de precisarem recomeçar todos estes esforços novamente em tão pouco tempo.

³⁰ Ramos, B. D. (2022, 30 de abril). Comunidade extrema-direita LGBTQIA+ protesta contra o fechamento do Museu da Diversidade: manifestação é resposta contra decisão judicial que suspendeu o contrato de licitação entre o governo de São Paulo e a empresa terceirizada que geria o local. *Ponte Jornalismo*. Recuperado em <https://ponte.org/comunidade-lgbtqia-protesta-contr-o-fechamento-do-museu-da-diversidade/#:~:text=Posi%C3%A7%C3%B5es%20ideol%C3%B3gicas%20e%20LGBTf%C3%B3bicas%20foram,talvez%20isso%20incomode%20muita%20gente>

³¹ Assis, M. (2024, 26 de agosto). Museu das Favelas terá nova sede no centro histórico de São Paulo. *Portal Terra de notícias*. Recuperado em <https://www.terra.com.br/diversao/museu-das-favelas-tera-nova-sede-no-centro-historico-de-sao-paulo,3a3aa987cf7aa78893235ba0f49e0c04a5h6bdkj.html>

³² Conforme aponta o arquiteto, urbanista, professor universitário, escritor e político brasileiro, Bonduki (2022, 16 de outubro), em sua coluna para o jornal Folha de São Paulo: “A proposta mostra que o candidato e quem o está orientando estão defasados trinta anos no entendimento da cidade e desconhecem as atuais diretrizes urbanísticas de São Paulo, expressas pelo Plano Diretor de 2014, amplamente apoiado pela sociedade”. Recuperado em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2022/10/por-que-e-um-equivoco-mudar-a-sede-do-governo-de-sp-para-o-centro-como-propoe-tarcisio.shtml>



Figura 2: Mapeamento da concentração de museus na região do Centro Histórico de São Paulo. Disponível em: Google Maps. Recuperado em https://www.google.com/maps/search/Museus/@-23.5478024,-46.6343538,17z/data=!4m2!2m1!6e1?entry=tту&g_ep=EgoyMDI1MDYzMC4wKXMDSoASAFQAw%3D%3D

Para além de uma reconfiguração que exige um esforço dispendioso que resulta em desperdícios (financeiros e humanos) para cumprir o processo de reterritorialização³³, cabe a ponderação sobre o local para onde foi direcionado o museu. Conforme demonstra o mapa acima, trata-se de uma das regiões ainda mais adensadas em termos de instituições culturais e museais do estado de São Paulo. Na retomada de reterritorialização e adequação do discurso para justificativa de ocupação do novo palacete por parte do poder público, se por um lado ocorre uma significativa reafirmação de representatividades substantivas, trazendo em sua exposição de reabertura uma retrospectiva sobre a história do grupo Racionais MC's, um dos mais relevantes e engajados grupos de rap nacional, em contrapartida, o Estado e OSC permitem que o museu seja utilizado como set de filmagem para um documentário tendencioso roteirizado pelo ex secretário de cultura (2020-2022) e atual deputado federal Mário Frias (PL-SP), sobre o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, reconhecido por uma atuação de extermínio de populações periféricas e faveladas no período da pandemia de 2020³⁴.

Considerações finais

O que essas ocorrências nos trazem é o fato incontestável de que, apesar de suas temáticas sociais, tratam-se de museus que, uma vez que se estruturam a partir de arcabouços normativos, criados para atender aos desejos de um Estado neoliberal, atuam na lógica reterritorializante de modo a refletir seus anseios, sejam eles angariar eleitores, abrandar políticas de genocídio e abandono das populações socialmente desamparadas em regiões periféricas, fortalecer parcerias com os interesses da classe dominante e, eventualmente, quem sabe, ser também uma proposta de política pública de memória.

Contudo, em função de suas missões, essas estruturas específicas e dicotômicas carregam desafios, em especial para suas equipes, que vivem no dia a dia o “campo de batalha”. Cabe às forças de trabalho internas, e às comunidades ali representadas, vivenciar um dia a dia de luta contra as estruturas estagnadas, por meio de estratégias, através das máquinas de guerra,

³³ Além dos custos financeiros despendidos para a adequação do edifício tombado do Palácio dos Campos Elíseos para receber o museu, suas equipes, acervo e exposição, e que serão novamente desembolsados para o novo prédio, ficam também as ações junto ao território que haviam sido iniciadas pelas equipes em um contexto, e agora precisarão ser retomadas em um contexto distinto.

³⁴Rodrigues, A. (2025, 20 de dezembro). Museu das Favelas aluga espaço para filme de Bolsonaro e causa revolta: equipe do filme sobre Bolsonaro alugou espaço por R\$ 57 mil para dois dias de filmagem. Gravação gerou mal-estar entre funcionários. Recuperado em . <https://www.metropoles.com/sao-paulo/museu-das-favelas-aluga-espaco-para-filme-de-bolsonaro-e-causa-revolta>

estabelecer as linhas de fuga, na luta pelo território e pelas memórias desterritorializadas, de forma a conseguir realmente efetivar um trabalho que seja útil para suas comunidades.

Dado que atualmente a ruptura radical das suas estruturas ainda é algo aparentemente inatingível, esta disputa deverá manter o ritornelo constante como forma de resistência. É fundamental que haja estratégia para que se fortaleçam as conexões com seu público-alvo, justamente pela importância dessas instituições. Estratégias que se estabeleçam em três níveis de atuação. Primeiramente, tendo nos cargos diretivos, nos conselhos, nas associações e nas parcerias junto a instituições idôneas, representatividades simbólicas e substantivas presentes e atuantes. Um segundo nível, que garanta estratégias de escuta e participação ativa e pública de suas comunidades, de forma a manter uma rede ampla, diversa, ativa. Por fim, um terceiro ponto extremamente estratégico e relevante, é garantir um corpo de colaboradores engajados e com a mesma representação substantiva já posta no primeiro nível. São estas ações que, se combinadas, permitem que a disputa pela desterritorialização continue, de forma crítica, engajada e alinhada com sua missão, de forma a permitir que as narrativas das memórias desterritorializadas, não sejam facilmente cooptadas pelos dispositivos normativos de poder.

Referências bibliográficas

- Almeida, S. (2021). *Racismo estrutural*. Femininos Plurais, Ribeiro, D. (org.). Sueli Carneiro: Pólem Livros. São Paulo, SP.
- Babosa, Pajé, Pedro, E. ; Damaceno, F.; Damaceno, G.; Felix, A.; Felix, A. L.; Cesar, G. J.; Camilo, R.; Campos, J. S. B.; Iaiati, R.; Jorge, M.; Umbelino, N.; & Victor, L. (2020a). Exposição: curadoria compartilhada e a autonarrativa - A visão dos indígenas. In: Cury, M. X. (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Museu Índia Vanuíre, p. 98-106.
- Babosa, Pajé, Pitaguary F.; Melo, S. E.; Pereira, D. J. L.; Marcolino, G. A. & Marcolino, C. A. (2020b). O sagrado no museu. In: Cury, M. X. (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Museu Índia Vanuíre, 2020, p. 37-47
- Barbosa, F. S. (2024). Estratégias indígenas de memória e patrimônio na internet: uma etnografia online do podcast Wyka Kwara. *Revista Hawò*, n.º 4, p. 1–44. Recuperado em <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/75910/41662>
- Barros, D. (2024). *O que é identitarismo?* Boitempo, São Paulo, SP.
- Baptista, J., Boita, T. W. & Wichers, C. A. de M. (2021). O que é Museologia? LGBTQIA+? *Revista Memória LGBT*, 6(01), p. 4–15. Recuperado de <https://revista.memoriaslgbt.com/index.php/ojs/article/view/58>
- Boita, T. (2020). *Museologia LGBT: Cartografia das Memórias LGBTQI+ em Acervos, Arquivos, Patrimônios, Monumentos e Museus Transgressores*. Metanoia Editora. Rio de Janeiro, RJ.
- Braga, R. & Burawoy, M. (2009). *Por uma sociologia pública*. Alameda. São Paulo, SP.
- Brulon, B. S. (2020). *Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus*. UFRJ, Rio de Janeiro.
- _____ (2018). Pesquisa em museus e pesquisa em museologia. apud. Magaldi, Monique Batista; Britto, Clóvis. *Museus e Museologia: desafios de um campo interdisciplinar*, p. 21.

- Burawoy, M. (2005). Por uma sociologia pública. *American Sociological Review*, Vol. 70, p. 4–28, Recuperado de <http://burawoy.berkeley.edu/Public%20Sociology,%20Live/Burawoy.pdf>
- Carneiro, S. (2023). Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Ed. Zahar. Rio de Janeiro.
- Chagas, M. (2015). A história viva nos museus de favela. Rio de encontros, A história viva nos museus de favela - novas perguntas e percepções sobre a cidade do Rio de Janeiro. RJ. Recuperado em <https://riodeencontros.wordpress.com/2015/10/06/a-historia-viva-nos-museus-de-favela/>
- Chagas, M., & Gouveia, I. (2014). Museologia social: Reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*, 41. Chapecó, SC.
- Cury, M. X. (2012). Museologia, Comunicação Museológica e Narrativa Indígena: a Experiência do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuáre. *Revista Museologia e Interdisciplinaridade*. V. 1 nº 1. P. 49-76. Recuperado em <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/12345/10817>
- _____ (2021). O Protagonismo Indígena e Museu: abordagens e metodologias. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 10, nº 19, p. 14–21. Recuperado em <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/38267/29881>
- Deleuze, G. Guattari, F. (1996). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Editora 34, São Paulo.
- _____ (2010). *Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Trad. Orlandi, L. B. L. Editora 34. São Paulo, SP.
- Dias, N. (2008). *Antropologia e Museus: que tipo de diálogo? In Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Org. Abreu, Chagas e Foucault M. (2008). Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). Martins Fontes, São Paulo, SP.
- Foucault, M. (2008). Nascimento da biopolítica. Trad. Brandão, E. Editora Martins Fontes. São Paulo, SP.
- _____ (2005). Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). trad. Galvão, M. E. Editora Martins Fontes. São Paulo, SP.
- Gouveia, I. & Pereira, M. (2020). A emergência da Museologia Social. In: *Introdução à Sociomuseologia*. Universidade Lusófona. Lisboa.
- Haider, A. (2024). *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. 2ª edição. Trad: Leo Vinicius Liberato. Editora Veneta. São Paulo.
- Jatene, C. V., Crivelente, M. R. & Kobashi, N. Y. (2024). Museus de Resistência no Brasil e em Portugal: objetos simbólicos de mediação. *História Revista*, v. 29, nº 1, p. 163–185. Goiânia, GO. Recuperado em <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/79239>.
- Khachaturian, R. (2022). *É necessário compreender a força antidemocrática dos regimes de direita*. Entrevista com Wendy Brown. Trad. Cepat. Nueva Sociedad. Recuperado de <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/618538-e-necessario-compreender-a-forca-antidemocratica-dos-regimes-de-direita-entrevista-com-wendy-brown>
- Marx, K. (2013). *O capital: crise da economia política*. Livro 1. O processo de produção do capital. Trad.: Rubens Enderle. Boitempo Editorial. São Paulo, SP.
- Primo, J. & Moutinho, M. Referências teóricas da sociomuseologia. In: *Introdução à SocioMuseologia*. Universidade Lusófona. Lisboa, PT.

- Santos, S. S. (2023, dezembro), Autogestão da memória: a experiência da museologia indígena entre os kanindé no Ceará. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, nº 17, p. 101 – 116. Sesc, São Paulo, SP. Recuperado em <https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Autogestao-da-Memoria-A-experiencia-da-Museologia-Indigena-entre-os-Kaninde-no-Ceara.pdf>
- Sanches, T. (2025). Museus sociais e territoriais: abordagens conceituais em diálogo. *Civitas Revista de Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política*. Escola de Humanidades da PUC-RS. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/45972/29003>
- Souza, M. B.; Cordum, L. C. A.; Cavalheiro, K. L. F. (2024). O Museu da Diversidade Sexual: um lugar de lutas, memórias, dissidências e comunidades. *Anais do Museu Histórico Nacional*, nº 58. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/312/217>
- Souza, M. B. (2021). *Gerenciamento de Projetos no Museu de Arte do Rio*. Dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMUS) da Universidade de São Paulo. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-22032023-081906/publico/BUENOMARISArevisaofinal.pdf>
- Vergès, F. (2023). *Decolonizar o museu*. Trad. Echalar, M. Ed. Ubu. São Paulo.
- Vieira, V., org. (2023). *Acervos e referências de memória LGBTQIAP+*. Museu da Diversidade de São Paulo, São Paulo.
- Wittlin, A. (1949). *Museums: In Search of a Usable Future*. The Museum. Its history and its tasks in education. The MIT Press. pp. p.204 & 211.